XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A Juventude rural dos movimentos sociais no. Brasil: um perfil.

Elisa Guaraná de Castro, Salomé Lima Ferreira de Almeida, Joyce Gomes de Carvalho y Maria Emília Barrios Rodrigues.

Cita:

Elisa Guaraná de Castro, Salomé Lima Ferreira de Almeida, Joyce Gomes de Carvalho y Maria Emília Barrios Rodrigues (2009). *A Juventude rural dos movimentos sociais no. Brasil: um perfil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/1828

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

A Juventude rural dos movimentos sociais no Brasil: um perfil

Elisa Guaraná de Castro, Salomé Lima Ferreira de Almeida, Joyce Gomes de Carvalho, Maria Emília Barrios Rodrigues

Esse trabalho apresentará os resultados da pesquisa nacional - O "Estudo sobre o perfil e a composição junto aos movimentos sociais rurais do Brasil" [1], que integra o Projeto de Cooperação Técnica "Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável" – PCT MDA-NEAD/IICA NEAD/MDA - iniciada em 2007, que mapeia as organizações de juventude rural, o perfil dos jovens organizados nos movimentos sociais rurais, e a produção acadêmica sobre o tema. Partindo da hipótese de que estamos presenciando uma configuração até então não existente, ou seja, uma ressignificação do jovem, juventude rural, o foco principal da pesquisa foi compreender como a categoria juventude rural estava colocada social, analítica e politicamente na sociedade brasileira. O projeto buscou identificar a construção e reordenação da categoria "juventude rural" como representação social, em diferentes movimentos sociais, e quem são essas jovens lideranças e participantes dos eventos dos movimentos sociais rurais.

A metodologia de pesquisa utilizou instrumentos qualitativos e quantitativos. A pesquisa foi realizada com organizações dos movimentos sindical brasileiro e com algumas das organizações que se identificam com a Via Campesina Brasil, ao todo foram atingidos mais de 2000 jovens. Para esse trabalho recortamos o perfil de dois eventos nacionais V Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e II Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – CONTAG.

A análise desse material permitiu observar o processo recente da ordenação dessa categoria social e suas ressignificações no Brasil. A categoria juventude rural como problemática de pesquisa

[1] Esse artigo é um desdobramento do projeto de pesquisa "Os jovens estão indo embora?" – processos de construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil". (UFRRJ/FAPERJ), em andamento, e "Estudo sobre o perfil e a composição da juventude junto aos movimentos sociais rurais no Brasil" DLCS/FAPUR/UFRRJ /NEAD/MDA/IICA – Projeto de Cooperação Técnica " Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento social sustentável" – contrato n. 207038, sob a Coordenação de Elisa Guaraná de Castro. A equipe de pesquisa é composta por pesquisadores, estudantes de pós-graduação e de graduação: Prof.Alberto Di Sabatto – UFF; Salomé Lima Ferreira de Alemida – Mestre em Desenvolvimento e Agricultura; Luiz Vieira, Maira Martins e Caroline Bordalo – mestrandos do CPDA; Maria Emília Barrios Rodrigues – estudante de Graduação do Curso de Matemática/UFRRJ. – Bolsista FAPERJ – IC; Joyce Gomes De Carvalho – estudante de Graduação do Curso de Economia Doméstica – UFRRJ – Bolsista de Iniciação Científica – CNPq/UFRRJ; Claudinez Gomes Felix - estudante de Graduação do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas; Leonardo – Estudante de Licenciatura em Ciências Agrícolas. Os dados apresentados neste artigo foram coletados em três eventos de massa da juventude e em um congresso nacional: II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar – março/2006 (organização FETRAF); Seminário Jovem Saber – realizado durante o Grito da Terra Brasil – maio/2006 (organização CONTAG); II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural – julho/2006 (organização PJR)

se constitui a partir do campo de estudos rurais, como estudos de comunidade, campesinato, agricultura familiar, que determinaram problemáticas centrais sobre os jovens rurais: migração e êxodo rural, e a sucessão profissional. Por outro lado, no campo de estudos da juventude, os jovens rurais são vistos a partir de vieses urbanos, em grande medida restritos a uma concepção de categoria populacional, inseridos no debate sobre as minorias. A pergunta que provocou o estudo foi: Porque recentemente observamos uma presença cada vez maior de organizações de juventude? E ainda, quem são esses jovens que não querem ir embora do campo? Um caminho analítico foi olhar para os jovens que se organizam nos movimentos sociais rurais hoje, no Brasil, tendo como *bandeira de luta* a permanência no campo. A nossa preocupação é compreender o que faz o jovem *lutar* para ficar no meio rural e, apesar do diagnóstico da imensa desigualdade do campo no Brasil, o que faz com que nos últimos anos se observe movimentos de juventude rural distintos construindo identidades como: juventude camponesa, juventude da agricultura familiar. O processo de construção da juventude rural como categoria social, política e identitária está marcado por diferentes relações de hierarquia do "urbano" em relação ao "rural", mas ainda relações de hierarquia também presentes no interior da família e dos movimentos sociais. Nos movimentos sociais rurais a juventude tem sido um agente que promove a sua visibilidade internamente na construção de espaços próprios para os jovens, o que está colocado como fenômeno novo. A pesquisa identificou um movimento singular de construção da categoria que abarca diferenças geracionais significativas. A consolidação desse ator político implicou ressignificações do campo e da cidade e de identidades sociais como campesinato, em uma disputa por classificações, mas, também, pela disputa pelo aumento do campo de probabilidades para o jovem que deseja ficar no meio rural.

O que mais chamou a atenção nesse estudo foi que em todos os espaços e documentos produzidos por essas organizações de juventude as demandas específicas estão diretamente associadas à urgência de mudanças estruturais. A educação do/no campo é um exemplo, como o é a centralidade da reforma agrária e da mudança de padrão de desenvolvimento nas reivindicações da juventude rural organizada. Esses jovens se posicionam contrários ao "esvaziamento do campo", se organizam na *luta* por mudanças sociais e na busca de novas utopias. Nesse trabalho apresentaremos o perfil dos jovens que participam de movimentos sociais e focalizaremos na discussão do tema educação a partir desse perfil e a comparação com o perfil dos jovens rurais segundo dados estatísticos nacionais oficiais.

O perfil da juventude engajada

A população de jovens dos eventos de V Congresso Nacional do MST[2], varia de 12 a 29. Tendo como público mais representativo a faixa etária de 20 anos. Já o intervalo da população de jovens da II Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CONTAG[3] está entre 18 e 29 anos. É interessante observar que a concentração de participantes está localizada em três faixas etárias: 23, 26 e 29 anos. A variação encontrada sobre idade nos dois eventos, se deu a partir da auto-percepção do entrevistado sobre *ser jovem* e por não definirmos juventude em função de uma faixa etária a priori.

Os dados da pesquisa sobre identificação apresentaram questões relevantes para o debate e reflexão da temática de gênero e juventude. Esses dados em diálogo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam uma possível mudança no processo de participação política das jovens no campo. Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD/IBGE, 2006), mostram que aproximadamente 1/3 da população rural é jovem e que há uma distribuição equivalente entre jovens homens e mulheres, como está representada na tabela abaixo:

Faixas de idade (em anos)	**Homem**	**Mulher**	**Homem (%)**	**Mulher (%)**
Até 14	4.949.232	4.691.417	30,32%	31,34%
15 a 17	1.052.360	936.948	6,45%	6,26%
18 a 21	1.194.574	1.051.882	7,32%	7,03%
22 a 25	1.069.776	950.403	6,55%	6,35%
26 a 29	943.859	874.416	5,78%	5,84%
30 a 32	680.020	611.422	4,17%	4,08%
33 e mais	6.432.364	5.855.293	39,41%	39,11%
Total	16.322.185	14.971.781	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE/PNAD, 2006.

[2] Este evento foi realizado em Brasília/ DF durante os dias 11 a 15/06/2007. O universo total de inscritos foi de 14.279 participantes. Inicialmente a amostra era de 400 questionários, com os ajustes no processo de aplicação obtivemos 439 questionários aplicados. Entre esses foram entrevistados 226 mulheres e 211 homens, que corresponde respectivamente a 48,28% e 51,72%.

[3] Este evento foi realizado em Luziânia/ GO durante os dias 23 a 26/10/2007. O universo total de inscritos foi de 707 participantes. Segundo os organizadores, 176 participantes se inscreveram como jovens. O universo atingido pela pesquisa foi de 201 participantes. Destes jovens, 96 homens e 105 mulheres, o que equivale a 47,76% e 52,24%.

A ausência de uma variação significativa destes dados indica um processo importante, a presença expressiva de mulheres no campo. O que é refletido na população de mulheres nos eventos da CONTAG e do MST (52,2% de mulheres e 47,8% de homens; 48,3% de mulheres e 51,7% de homens, respectivamente). Pode-se indicar que essa inserção corrobora uma participação mais efetiva das jovens no campo político. Como também se expressa nos discursos recorrentes sobre os espaços que as mulheres ocupam nos espaços de decisão na produção e na família. A densidade de discursos que denunciam a realidade da mulher no campo com o objetivo de minimizar as desigualdades entre o homem e a mulher, coloca esta questão como um debate fundamental para as jovens. Como apareceu nas entrevistas e em *místicas*[4] no evento do MST.

> "Nós somos a mais oprimida neste sistema (...) a pobreza tem cara de mulher (....) a mulher tem menos possibilidade de educação (....) as mulheres têm o direito a serem dirigentes (....) é violência contra desigualdade de gênero (...) Um dos nossos desafios é a corrente que a prende no trabalho doméstico (...) 60% do tempo da mulher é gasto com trabalho doméstico. Como então participar da luta? (....) Não queremos ficar atrás de grandes homens, queremos ficar do lado, ser reconhecidas como mulheres que estão do lado (...)". (Discurso em uma *mística* organizada pelo Setor de Gênero do MST – V Congresso junho 2007)

Outra questão importante está relacionada aos dados sobre estado civil. Se a maioria dos jovens entrevistados declarou-se solteiros (81,3% dos entrevistados do MST e 62,2% CONTAG), observamos também a importante presença de jovens casados (15,9% dos respondentes do MST e 33,8% da CONTAG) e jovens com filhos.Entretanto, os dados do V Congresso do MST apresentaram um diferencial na soma dos dados dos(as) jovens solteiros(a) com filhos (39,1%) em relação aos jovens casados(a) com filhos (20,5%), representando o dobro dos jovens casados(a). Esta realidade justifica o recorrente debate promovido pelos movimentos sociais rurais sobre o tema gravidez na adolescência ou na condição de solteira. Este quadro aponta para a necessidade de se repensar a categoria juventude para além da sua "*natural*" associação com a condição de solteiro sem filhos. Assim, o desafio colocado para os movimentos sociais, organizações e o poder público é de incluir temas como sexualidade, métodos contraceptivos, atendimento a jovens pais e mães

[4] *Mística* atividade que ocorre durante eventos de caráter formativo ou político. Varia no formato agregando expressão teatral, música, falas, poesia, e outras manifestações culturais e artísticas.

solteiros, ao lado de pautas mais reconhecidas como o acesso à educação e a terra, em sua pauta de discussão, como demandas apresentadas pela juventude rural.

No que concerne a origem dos jovens as respostas mapeadas no V Congresso do MST sobre o lugar onde os jovens nasceram não apresenta diferença significativa entre a área rural ou urbana (51,0% e 49%, respectivamente). No entanto, pode estar indicando que o MST tem construído uma dinâmica que consegue inserir o jovem urbano no movimento. Esse processo instiga a reflexão sobre algumas questões: O que atrai esse jovem ao movimento? As bandeiras políticas levantadas pelos jovens rurais são as mesmas? O jovem urbano tem atuado nos movimentos sociais rurais a partir de qual percepção sobre o rural? Como este processo tem se dado? O discurso de jovens do movimento ressaltam que os *jovens do campo* ou das *periferias urbanas* estão submetidos aos mesmos mecanismos de exclusão, que se manifesta na negação de direitos como cidadania, educação, transporte, bens culturais e tantos outros.

> "A gente necessita construir uma outra sociedade, um outro projeto societário, a gente tem que construir uma pauta que unifica o campo e cidade, que são problemas que atingem tanto o jovem do campo como o jovem da cidade. (....) Assim, mas isso tanto o jovem do campo, como o da cidade, o jovem da periferia, por exemplo, não tem acesso aos meios de arte e cultura; quem tem mais é quem tem mais dinheiro, né." (jovem do MST, representante do grupo de discussão do I Seminário de Juventude da Coordenação dos Movimentos Sociais – junho 2006)

Já o perfil dos jovens da CONTAG em relação ao lugar onde nasceram revela que a maioria está agrupada na área rural com um total de 80,1% dos respondentes. No entanto, entre os jovens que declararam ter nascido na área urbana (19,9) há uma evidente mobilidade social, apontando também um forte vínculo com a terra, visto que 60% destes jovens já moraram no campo e na cidade.

Sobre cor da pele[5] a grande maioria dos jovens presentes nos dois eventos se declarou com a cor parda (41,3 % do MST e 39,3% da CONTAG), a segunda maior proporção concentra-se na cor branca (22,6% do MST e 32,8% da CONTAG) e a terceira refere-se a cor preta (24,2% do MST e 17,4% da CONTAG). É importante lembrar que se a figura do negro e do indígena não foi a maioria na definição de cor da pele, contudo se fez presente nas representações culturais e nas

[5] Foram utilizadas as definições do IBGE para permitir comparações futuras.

místicas[6] como forma de valorizar as origens. Isso ocorreu de forma mais visível nas *místicas* do setor de gênero[7] e da delegação da Amazônia[8]. Na *mística* do Setorial de Gênero foi lembrada *a força da mulher negra* descendente do povo africano. Já a mística organizada pela delegação da Amazônia trouxe alguns elementos que representavam a harmonia entre os povos indígenas e à natureza. Entre eles, o maracatu que é um elemento da cultura popular carnavalesca de Pernambuco, que reúne culturas indígenas, africanas e européias. Através da presença de maracatus a *mística* expressou elementos que associavam a questão étnica com a ação do sistema capitalista de "transformar tudo em mercadoria".

Os dados sobre religião apresentam a religião católica como sendo a mais praticada entre os jovens – no MST as respostas corresponderam a 65,5% e na CONTAG 79,6%. O que confirma ainda uma antiga aliança com a igreja católica. No V Congresso Nacional do MST, esta aliança ou aproximação com a igreja católica ocorreu de forma mais clara, através da figura de Dom Tomas em uma mesa de debate. A fala inicial de Dom Tomas articula o religioso e o político através de uma apropriação de símbolos religiosos para legitimar uma ação política. E, sobretudo, para deixar clara a sua "posição de apoio" as Ligas Camponesas e aos movimentos sociais. O que se distingui da postura da Igreja Católica em um passado recente, que assumiu uma oposição de auto-exclusão na política. O que parece justificar a apropriação do religioso, feita por Dom Tomas, e que a coloca como uma declaração pública de que a Igreja Católica continua apoiando os trabalhadores rurais. Apoio que tem se constituído desde a década de 70[9]. Assim, tal reafirmação parece ser importante diante de tantos encontros e desencontros entre o religioso e o político (ver FERREIRA, 2005).

A segunda maior representação da CONTAG está entre os evangélicos (13,4%) e a terceira corresponde aos que não possuem religião (4%). Enquanto, que os jovens, presentes no MST, declararam não ter religião (17,2%) e 9,4% disseram ser evangélicos. A significativa porcentagem de jovens sem religião, no MST, pode indicar uma nova leitura que os mesmos têm sobre a relação entre participação política e religião. Através dos dados etnográficos é possível indicar que a percepção desta nova geração sobre este tema passa pela noção de que esta articulação é permeada por tensões e desconfianças capaz de colocar em questão a legitimidade política do ator religioso. Esse olhar que pode interferir na escolha ou não da adesão religiosa.

[6] No V Congresso Nacional do MST as *místicas* foram construídas e apresentadas por delegações de distintas regiões, mas com questões e temas considerados nacionais ou setoriais.
[7] Realizada no dia 15 de junho de 2007, sendo organizada e construída somente por mulheres. O objetivo desta mística era por em debate o papel da mulher na luta dos trabalhadores rurais.
[8] Realizada no dia 14 de junho de 2007.
[9] Neste período histórico, os trabalhadores rurais, de Santa Catarina, tiveram o apoio da Igreja Católica e da Igreja Luterana (Ver Silva, Ramos, 2003). E, mais precisamente, em 1975 a Igreja Católica consolidou o seu apoio frente às lutas e as reivindicações dos trabalhadores rurais, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Escolarização dos jovens militantes

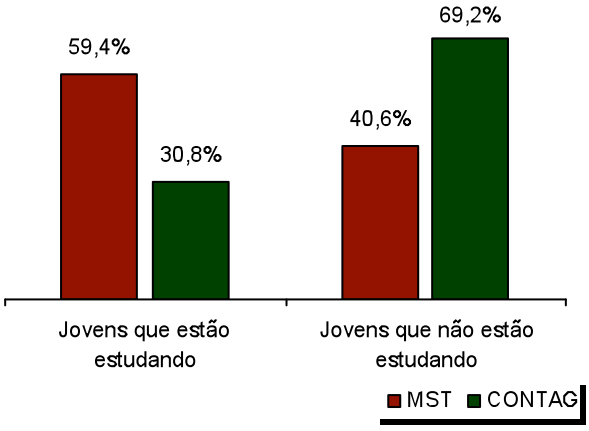
Com base na pesquisa, realizada em 2005, sobre a educação em assentamentos rurais do Plano Nacional de Reforma Agrária (Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária/ PNERA, 2005) de 2,5 milhões de pessoas atingidas pela pesquisa, 64% têm até 30 anos. Destes 38,8% freqüentam escolas (987.890), dos quais 48,4% no ensino de 1ª a 4ª série do ensino Fundamental (representando 95,7% da população com idade para estar matriculada nestas séries); 28,5% estão freqüentando da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, e apenas 8% o Ensino Médio e Profissionalizante. Dos que têm até 18 anos e estão fora da escola, 45% estudaram até a 4ª série e 14% não estudaram.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ PNAD/ IBGE, 2006) com aproximadamente 31,3 milhões de pessoas do meio rural atingidas pela pesquisa, apontam que 29,93% têm idade entre 15 e 29 anos. Destes jovens, 8,36% freqüentavam escolas (2.616.134); dos quais 1,79% estão na Classe de Alfabetização para adultos, 8,92% estavam no ensino de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, 42,81% freqüentavam da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental ou faziam Supletivo (seriados ou não-seriados), 41,71% estavam freqüentando o Ensino Médio, curso Pré-Vestibular ou Supletivo, e apenas 4,77% fizeram algum Curso Superior, Mestrado ou Doutorado.

O levantamento realizado com jovens nos dois eventos analisados nos possibilita uma distinta leitura de processos de formação continuada. Mais da metade dos jovens do MST (59,4%) respondeu estar estudando. Destes a maioria está matriculada entre a 1ª e a 3ª série do Ensino Médio/Técnico (51,9%), a segunda maior porcentagem refere-se aos alunos entre a 5ª e a 8ª (22,9%) e a terceira aos alunos matriculados no ensino superior (17,8%). Outro dado positivo é a diferença significativa entre os jovens que estão estudando e os que não estão estudando que chega a 20%. Já no evento da CONTAG os dados indicam uma diferença expressiva entre os jovens que estão estudando (30,8%) e os que não estão estudando (69,2%). Entretanto, a leitura conjunta dos gráficos sobre escolarização nos possibilita acreditar que a quantidade de jovens que não estão estudando na CONTAG seja justificada pelo fato de já terem concluído o Ensino Superior – representado por mais da metade dos respondentes. Já no MST, a maior parte dos jovens concentra-se no Ensino Fundamental o que explica a elevada porcentagem de jovens que estão estudando.

De forma geral, os dados apontam para um aumento na escolarização destes jovens, principalmente quanto ao ingresso no ensino superior, se comparados aos dados da PNERA e mesmo da PNAD. Os dados encontrados em relação à inserção destes jovens no 3º grau são bem significativos frente à realidade retrata na pesquisa da PNERA (2005) já que não apontam o acesso

de jovens neste nível escolar, e da PNAD (2006) que apresenta um índice menor de ingresso no Ensino Superior. Estas duas pesquisas apresentam um elevado declínio escolar entre o Ensino Fundamental e os demais níveis escolares. O resultado encontrado na trajetória escolar dos jovens *engajados* em movimentos sociais/sindicais aliado aos projetos empreendidos pelos movimentos, que valorizam a educação formal dos jovens, como programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), apontou para a perspectiva de que a atuação nestas esferas, hoje, tem sido um fator positivo no processo de formação continuada. Hipótese que pode ser confirmada nos indicadores, dos dois movimentos, em relação ao quadro dos jovens que estão estudando e que pararam de estudar, conforme no gráfico abaixo. Principalmente, pelos números indicarem que mais da metade dos jovens que declararam não estar estudando já concluíram o ensino médio/técnico e uma minoria o ensino superior ou pós-graduação.



Fonte: Castro, et alii, 2008

Por outro lado os motivos de evasão apontados pelos entrevistados da pesquisa com os movimentos sociais reforça motivos já apontados na PNERA (2005), quanto ao que levam os jovens ao abandono escolar. Segundo a pesquisa da PNERA, os problemas enfrentados pela maioria dos jovens rurais entrevistados, estão relacionados à dificuldade de conciliar trabalho e estudo (20,44%). Seguido da falta de renda (18,78%); do difícil acesso à unidade escolar (15,46%), como a longa distância que precisam percorrer até a cidade para chegar à escola; e pela falta de transporte, e de questões familiares (9,94%).

Os dados coletados, nos eventos de massa, em diálogo com os dados etnográficos, sugerem que a leitura sobre o abandono escolar também deva ser articulada: a) a falta de renda (recursos econômicos); b) com a necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência e a sucessão familiar

do campo; c) com as constantes transições de inserções no espaço escolar, resultante da difícil conciliação entre estudo e trabalho - seja ele no campo ou na cidade; d) com o difícil acesso a escola e a falta de transporte; e, ainda, e) com os casos de violência simbólica e moral[10] vividos por estes jovens no interior da escola ou no seu entorno.

Chamamos a atenção que as queixas sobre as violências vividas pelos jovens dentro do espaço escolar, muitas vezes traduzidas como "brincadeirinhas" ou formalizadas por apelidos, vem sendo também apontada em diversas pesquisas (Ver Castro, E. G., 2005; Abramovay, et alii, 2002). Essa violência simbólica (Bourdieu, P. 1989) também foi constatada nos diálogos coletados durante o processo de pesquisa, com os jovens dos movimentos sociais/ sindicais. E surge como um elemento que intensifica a dinâmica do abandono escolar. São práticas marcadas pela deslegitimação dos jovens do campo.

Outra razão que colabora para o abandono escolar está associada ao difícil acesso às escolas. Realidade apontada em 2005 pela PNERA e que ainda se configura nos dias atuais como sendo uma das principais razões para a interrupção dos estudos, tendo mais de 12,09% de respostas tanto dos jovens do MST como os da CONTAG. Esta dificuldade somada à falta de acesso a serviços básicos como o meio de transporte chega a totalizar mais de 19,36% das causas de abandono escolar entre os jovens dos dois movimentos. Os dados da PNERA (2005) indicam que o difícil acesso escolar concentra-se nas escolas a partir da 5ª série e em especial no Ensino Médio. De fato, a maioria dos assentamentos tem escolas de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, enquanto as escolas de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e Profissionalizante estão nas áreas urbanas. Dos que estudam na cidade, 40% freqüentam escolas localizadas a 15 km de sua residência. Se ampliarmos para aqueles que estudam a 6 km ou mais, temos 77% dos estudantes. Dentre os principais motivos para crianças e adolescentes (7-14 anos) abandonarem a escola, 31% responderam que a escola é muito longe. Esse dado não seria problemático se não fossem as condições de acesso aos estabelecimentos de ensino. A PNERA (2005) mostrou que de um total de mais de 5.500 assentamentos pesquisados em todo o país, em 87,8% o acesso aos assentamentos é em estradas de terra. O principal meio de transporte utilizado para ir a escola é percorrer o trajeto a pé para 57%, seguido de apenas 27% com acesso a transporte escolar. Os jovens *engajados* nos movimentos afirmam que o difícil acesso a escola é a principal razão de abandono escolar. E neste caso, a condição econômica é um fator determinante para que o jovem continue estudante, como foi tão bem retratada nos discursos desses jovens.

[10]. Ver CHESNAIS, 1981.

> "a questão da educação do campo tanto era como ela é precária. Essa situação tá uma situação de calamidade. Eu acredito que os governistas estão tapando os olhos, colocando políticas que não atendem a necessidade e simplesmente mescla a verdadeira necessidade que temos. Por que que os jovens se deslocam mais da zona rural pra zona urbana? Porque ele não tem a oportunidade no campo para estudar. No nosso município, no campo tem até a quarta série, se você quer estudar, você tem que sair." (jovem rapaz, II Congresso da PJR- julho de 2006)

Quando perguntado aos jovens se eles gostariam de voltar a estudar, a resposta positiva é unânime nos dos dois movimentos. Quanto ao grau de escolarização pretendida pelos jovens a resposta também é universal para faculdade (63,5%) tanto para o MST quanto para a CONTAG, seguido da pós-graduação (23,3%).

Pode-se observar que os jovens dos dois eventos, em sua maioria, acreditam na contribuição do movimento social/ sindical como incentivador para o estudo com 95,4% das respostas. O incentivo à educação, por parte dos movimentos, está refletida nos momentos de lazer destes jovens, quando lhes é perguntado sobre as atividades que mais gostam de praticar quando não estão trabalhando, ler e estudar aparecem de forma bastante expressivas.

Conclusão

Os dados sobre escolarização trouxeram algumas questões iniciais para explorarmos. A primeira diz respeito a uma oposição senso comum entre participação política e escolarização. E, reforçada por uma visão igualmente senso comum de que os jovens do campo têm pouco interesse pelos estudos. Hoje presenciamos um corte geracional de valorização e estratégias para garantir a escolarização das crianças e dos jovens. Um processo que se iniciou a três gerações e que hoje se consolida através de estratégias familiares e, como vimos nesse estudo, com estratégias dos próprios movimentos sociais e organizações. Temos que ler esses dados no contexto dos inúmeros esforços observados nos movimentos sociais para garantir a escolarização continuada, muitas vezes associada à formação política e técnica. O apoio das políticas públicas neste âmbito tem sido pontual ainda não existe, no Brasil, uma política massiva de educação que atinja a juventude no campo. Essa foi uma das principais demandas que perpassaram todos os eventos e está presente nos documentos oficiais entregues às autoridades, como resultado desses encontros. Essas demandas reforçam uma percepção da juventude *engajada* nos movimentos sociais rurais que se percebem como atores políticos nesse processo de disputa pelos projetos políticos que dizem

respeito ao campo. Nesse contexto as suas demandas associam questões que podem ser classificadas como específicas a questões estruturais das relações sociais no campo, como é o caso da falta de acesso à escola. Desta forma, é importante salientar a necessidade de um projeto político pedagógico para uma educação formal para o campo ser construído em parceria com estes agentes. Isto, para que esta nova e significativa experiência de escolarização vivenciada pelos jovens dos movimentos sociais possa ser posta em diálogo com a educação formal e venha a contribuir para um real desenvolvimento do espaço rural, em suas diferentes dimensões: sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *et alli. Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.* Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Miriam *et alii. Violências nas Escola*s - Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002. 400p.

BOURDIEU, P. "Sobre o poder simbólico". In: *O poder simbólico.* Lisboa: DIFEL, 1989. cap.I, p.7-15

CHESNAIS, Jean-Claude. *Histoire de la violence.* Paris: Éditions Robert Laffont, 1981.

CASTRO, E. G. de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.* Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, jul/05.

_____. "Os jovens estão indo embora? – relações de hierarquia e disputa nas construções da categoria juventude rural" In: O Brasil na América Latina: interações, percepções, interdependências. São Paulo : Annablume, 2008a.

_____. "As Jovens Rurais e a Reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais". *In* Ferrante, V.L.B.; Whitaker,D.C.A. (orgs.) *Reforma Agraria e desenvolvimento – desafios e rumos da política de assentamentos rurais.* Brasília: MDA; São Paulo: UNIARA (co-editor), 2008b. pp. 112-130.

_____, Almeida, S; Rodrigues, M.E.B."**Relatório final do Desenvolvimento dos Instrumentos e análise preliminar de dados coletados**". Seropédica: UFRRJ, 2008. Relatório não disponível para consulta.

FERREIRA, Salomé Lima. "Lideranças religiosas e lideranças políticas em um assentamento rural". Rio de Janeiro, UFRRJ. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA, 2005. 180 p.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio, PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Pesquisa Nacional de Educação da Reforma Agrária, PNERA. DF: MEC/INEP/MDA/INCRA/ PRONERA, 2005. http://www.inep.gov.br, acessado em novembro de 2006.

PROJETO JUVENTUDE. SP: Instituto Cidadania,2004.